



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140758 - AL (2021/0000667-9)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : JOSE MARCIO SOUZA DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
**CORRÉU** : KALLEW HANDERSON ARAUJO DOS SANTOS  
**CORRÉU** : PAULO FELIPE DOS SANTOS  
**CORRÉU** : WERINALDO NASCIMENTO DE SANTANA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSE MARCIO SOUZA DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (08051076320208020000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente na data de 23 de novembro de 2016 em razão da prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do CP.

Sustenta o recorrente o excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que se encontra preso provisoriamente há mais de 3 anos e 11 meses sem ter sido submetido ao julgamento popular.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja colocado em liberdade até o julgamento final do recurso.

No mérito, pugna que o presente recurso seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente